

Jónatas E. M. Machado

Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional Inclusiva

Dos Direitos da
Verdade aos direitos
dos cidadãos

•

2.^a Edição
Reimpressão da 1.^a Edição



GESTLEGAL

ÍNDICE

	Págs.
NOTA PRÉVIA	7
INTRODUÇÃO.....	9

CAPÍTULO I

O DISCURSO TEOLÓGICO-CONFESSIONAL SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA

1. Antecedentes pré-cristãos: a tradição de unidade teológico-política	14
2. A emergência histórica do cristianismo	18
3. A cristianização do império.....	20
4. Da cidade dos homens à cidade de Deus.....	24
5. O dualismo gelasiano.....	26
6. A cristandade	28
7. <i>Libertas ecclesiae</i>	31
8. O estado cristão	36
9. O Concílio Vaticano II e os desenvolvimentos posteriores.....	44
10. A <i>libertas ecclesiae</i> e a liberdade individual	51

CAPÍTULO II

O DISCURSO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL SOBRE LIBERDADE RELIGIOSA

1. A quebra da unidade religiosa da cristandade	55
2. O estado soberano como solução política para as guerras religiosas	62
2.1. Confessionalidade do Estado	63
2.2. Soberania absoluta	64
3. «Jus reformandi» e «beneficium emigrandi»	66
4. O contratualismo jusnaturalista	69
5. Absolutismo iluminista	73

	Págs.
6. Da tolerância à liberdade	75
7. Fundamentalização e constitucionalização.....	81
8. Secularização e modernidade.....	96

CAPÍTULO III

A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA: DO DISCURSO TEOLÓGICO AO DISCURSO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL

1. A liberdade da igreja na história de Portugal.....	108
2. O Constitucionalismo liberal e a liberdade da igreja.....	112
3. Revolução republicana e afirmação do discurso jurídico-constitucional	119
4. O estado novo e o regresso da <i>libertas ecclesiae</i>	122
5. Refracções teórico-dogmáticas deste percurso histórico	127

CAPÍTULO IV

A EDIFICAÇÃO DE UMA COMUNIDADE CONSTITUCIONAL INCLUSIVA

1. Liberalismo, neo-republicanismo e comunitarismo	132
1.1. Liberalismo	133
1.2. O pensamento comunitarista.....	137
1.3. O pensamento neo-republicano.....	139
1.4. Paradoxos e pontos de contacto: um comunitarismo qualificado.....	142
2. Pluralismo de grupos de interesses e democracia deliberativa.....	145
3. Uma república de razões	149
3.1. Razão pública	150
3.2. Linguagem acessível a todos.....	152
3.3. Esfera de discurso público.....	155
4. Igual liberdade e religião civil.....	157
4.1. Da religião civil rousseuniana ao «novo evangelho» socialista.....	158
4.2. Sociedade pluralista e religião civil.....	161
5. Direitos fundamentais, democracias monistas e dualistas.....	166
5.1. Fundacionalismo de Direitos Fundamentais	166
5.2. Democracia monista	168
5.3. Democracia dualista.....	170

<i>Índice</i>	431
	Págs.
6. Democracia, empatia e minorias	177
6.1. O processo político e o ciclo vicioso da discriminação	177
6.2. Empatia, processo político e discurso jurídico	179
6.3. A empatia na prática constitucional portuguesa.....	183
7. O direito à liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva.....	185

CAPÍTULO V

A LIBERDADE RELIGIOSA NA CONSTITUIÇÃO DE 1976

1. Caracterização constitucional do direito à liberdade religiosa.....	192
1.1. A natureza jurídica do direito à liberdade religiosa	194
1.1.1. Liberdade religiosa e <i>libertas ecclesiae</i>	195
1.1.2. Liberdade religiosa e dignidade da pessoa humana.....	198
1.1.3. A Liberdade de consciência como <i>background constitutional right</i>	200
1.1.4. A especificidade da religião e da liberdade religiosa.....	203
1.2. A estrutura do direito à liberdade religiosa	205
1.2.1. O direito à liberdade religiosa como direito, liberdade e garantia	205
1.2.2. O âmbito normativo alargado do direito à liberdade religiosa.....	206
1.3. O direito internacional e a liberdade religiosa.....	207
1.3.1. A liberdade religiosa no direito internacional geral ou comum ...	208
1.3.2. Liberdade religiosa e direito internacional convencional.....	211
1.3.3. A Interpretação dos Direitos Fundamentais de acordo com a DUDH	213
2. Definição de religião.....	214
2.1. Conceito substancial-objectivo.....	216
2.2. Conceito funcional-subjectivo.....	220
2.3. Conceito tipológico	224
3. A liberdade religiosa individual	227
3.1. Liberdade de crença	227

	Págs.
3.2. Liberdade de actuação conforme às crenças	229
3.2.1. A unidade essencial entre crença e conduta.....	229
3.2.2. Pluralidade de crenças e diversidade de condutas	231
3.2.3. A liberdade de divulgação das crenças	232
3.3. Liberdade de culto	236
3.4. Liberdade religiosa e privacidade.....	239
4. A liberdade religiosa colectiva	241
4.1. As confissões religiosas como titulares de direitos, liberdades e garantias.	241
4.2. Igrejas, confissões e comunidades religiosas	244
4.3. A liberdade religiosa das confissões e comunidades religiosas.....	248
4.3.1. Liberdade de auto-organização de uma confissão religiosa	249
4.3.2. Direito de autodeterminação	253
4.3.3. As funções próprias das confissões religiosas.....	255
4.4. A invocação do direito à liberdade religiosa por outras pessoas colectivas	259
5. A vinculação das entidades privadas pelo direito à liberdade religiosa.....	260
5.1. O princípio da tolerância.....	263
5.2. A liberdade religiosa no seio da família.....	267
5.3. A liberdade religiosa nas relações laborais	272
5.4. A liberdade religiosa no seio das confissões religiosas.....	278
6. As fronteiras do direito à liberdade religiosa	286
7. O princípio da igualdade em matéria religiosa.....	293
7.1. Liberdade, diversidade e inclusividade	294
7.2. Igualdade perante a lei e através da lei.....	297
7.3. Tratamento como igual, tratamento igual e tratamento especial.....	299
7.4. Igualdade e proibição do arbítrio.....	301
7.5. A discriminação como violação do direito subjectivo à igualdade.....	305

CAPÍTULO VI

SEPARAÇÃO DAS CONFISSÕES RELIGIOSAS DO ESTADO

1. O princípio da separação no quadro do constitucionalismo liberal: modelos rejeitados.....	315
1.1. Superação dos modelos de união político-religiosa	315

<i>Índice</i>	433
	Págs.
1.2. Separação e republicanismo laicista.....	316
1.3. Separação e hostilidade para com a religião	318
1.4. Função sinalizadora de igual liberdade religiosa	320
2. O princípio da separação no direito comparado	320
2.1. Modelo constitucional americano	321
2.2. Modelos concordatários europeus	331
3. A instrumentalização do discurso jurídico-constitucional pela noção de liberdade eclesial.....	342
3.1. O carácter público da religião.....	343
3.2. A necessidade de uma <i>civil religion</i>	346
3.3. A tradição histórica e cultural do país.....	346
3.4. O princípio do Estado Social.....	348
3.5. O princípio da cooperação.....	350
3.6. Liberdade religiosa positiva	353
3.7. O princípio democrático.....	354
3.8. O Direito Internacional	356
4. Finalidades constitucionais substantivas do princípio da separação	358
4.1. Garantia da liberdade religiosa individual	359
4.2. Autodeterminação confessional.....	360
4.3. Autonomia estadual perante as confissões religiosas	362
4.4. Garantia institucional do princípio da igualdade	363
4.5. Abertura e pluralismo do espaço público	364
5. Elementos estruturais de concretização	367
5.1. O Estado como organização jurídica da comunidade dos cidadãos	367
5.2. Diferenciação teleológica.....	368
5.3. Diferenciação institucional.....	369
5.4. Diferenciação pessoal	370
5.5. Diferenciação simbólica	370
5.6. O carácter principal da separação	372
6. O princípio da separação no Estado Social	372
6.1. O princípio da separação e o advento do Estado Social.....	372
6.2. Momentos de crise do Estado Social.....	375

	Págs.
7. Alguns problemas na relação entre o estado e as confissões religiosas.....	377
7.1. Financiamento estadual das confissões religiosas.....	378
7.2. O tratamento fiscal das confissões religiosas	383
7.3. Financiamento estadual do ensino privado religioso	387
7.4. Ensino religioso nas escolas públicas.....	390
7.5. Assistência religiosa em estabelecimentos públicos.....	393
7.6. Acesso das confissões religiosas aos meios de comunicação social	398
7.6.1. O serviço público de radiotelevisão	398
7.6.2. A televisão privada.....	402
7.7. Ordenamento do território, regulação administrativa e liberdade de culto	405
BIBLIOGRAFIA.....	411



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt